

**O Ethos Universitário Nos Letramentos Acadêmicos:
Reflexões Sobre a Inserção e a Formação do Estudante
de Graduação no Ensino Superior**

**The university *ethos* in academic literacies: reflections on the
insertion and training of graduate students in higher education**

Camila Duarte de Souza*

*Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói – RJ, 24210-201,
e-mail: miladuarte20@gmail.com

Jéssica do Nascimento Rodrigues**

**Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói – RJ, 24210-201,
e-mail: jessica_rodrigues@id.uff.br

Resumo: De acordo com uma concepção discursiva da linguagem (BAKHTIN, 2011) e ideológica de letramento (STREET, 1984), defende-se, neste artigo, que a competência gramatical não é suficiente para que o sujeito transite por todas as diversas esferas discursivas existentes, sobretudo considerando a infinidade de seus gêneros discursivos. Não obstante essa questão, entende-se a esfera acadêmica (a universidade) como mais um espaço de dominação ideológica (PINTO, 1986), ao encontro do que asseguram os Estudos do Letramento (STREET, 1984; KLEIMAN, 2007), segundo os quais as relações hierárquicas e de poder sustentam os letramentos acadêmicos e influenciam a formação discursiva de estudantes de graduação. Dessa maneira, neste texto ensaístico, pretende-se problematizar as relações de poder existentes na universidade brasileira, enquanto instituições de ensino superior, e suas implicações nos letramentos dessa esfera, refletindo sobre os entraves para a formação e a inclusão do estudante de graduação na comunidade discursiva acadêmica. Para tanto, lançou-se mão de elementos da Teoria da Enunciação e de algumas contribuições de Pinto (1986), teórico da educação que também fora professor universitário, argumentando sobre como a manutenção de um certo *ethos* universitário ainda apresenta limites à formação e à inclusão dos estudantes de graduação nas práticas sociais letradas da esfera acadêmica. Defende-se, portanto, que a mudança de postura da comunidade discursiva acadêmica deveria ocorrer no plano político e ideológico, revendo e reiterando as funções da instituição para, assim, gerar uma mudança real mediante criação de expedientes pedagógicos que levem a bom termo o trabalho com os gêneros discursivos acadêmicos na formação dos estudantes, futuros profissionais, para e pela práxis.

Palavras-chave: Práticas discursivas acadêmicas. Ethos universitário. Estudos do Letramento.

Abstract: According to a discursive conception of language (BAKHTIN, 2011) and ideological literacy (STREET, 1984), it is defended, in this article, that grammatical competence is not sufficient for the subject to move through all the various existing discursive spheres, especially considering the infinity of their discursive genres. Despite this issue, the academic sphere (the university) is understood as another space of ideological domination (PINTO, 1986), in line with what Literacy Studies (STREET, 1984; KLEIMAN, 2007) assure, according to which hierarchical and

power relations support academic literacies and influence the discursive training of undergraduate students. Thus, in this essay text, it is intended to discuss the power relations existing in the Brazilian university, as a higher education institutions, and its implications in the literacies of this sphere, reflecting on the obstacles to the formation and inclusion of the graduate student in the academic discourse community. To this end, it is employed elements of the Theory of Enunciation and some contributions by Pinto (1986), education theorist who was also a university professor, argued about how the maintenance of a certain university ethos still presents limits to education, training and the inclusion of undergraduate students in literate social practices in the academic sphere. It is argued, therefore, that the change in posture of the academic discursive community should happen at the political and ideological level, reviewing and reiterating the institution's functions in order to generate a real change through the creation of pedagogical devices that lead a successful work with academic discourse genres in the training of students, future professionals, for and by praxis.

Keywords: Academic discursive practices. University ethos. Literacy Studies.

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

A universidade é sempre instrumento ideológico das forças dominantes.
(PINTO, 1986, p. 72)

A epígrafe que encabeça este ensaio remete à hegemonia que classes sociais dominantes ainda exercem sobre a universidade, ponto de debate de Álvaro Vieira Pinto, importante intelectual brasileiro, em seu livro *A questão da universidade* (1986). Na obra, vêm à tona questões atinentes às relações hierárquicas, ideológicas e de poder que atravessam a esfera discursiva acadêmico-científica, cujas práticas sociais apontam para a centralidade do texto oral e escrito, como enunciado que é, como materializações do discurso dessa comunidade (BAKHTIN, 2010, 2011). Embora o livro tenha sido escrito na década de 1960, as discussões nele empreendidas nos ajudam a entender os letramentos acadêmicos hoje, aqui considerados como práticas sociais de ler, escrever, dizer, ouvir, pensar e até agir, situadas na esfera discursiva acadêmica, sobretudo na universidade pública, principal responsável pela produção e divulgação científica brasileira.

Para o autor, à época de seu livro, a universidade no Brasil era apenas “uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce[ia] o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país” (PINTO, 1986, p. 19). Dessa forma, o teórico defendia uma reforma universitária, que deveria ser realizada, primeiramente, no terreno político, e não no pedagógico. Ainda que, na universidade pública do país, a partir dos anos 2000, tenham ingressado estudantes de classes sociais menos privilegiadas, parece-nos que as práticas de produção textual oral e escrita no

ensino, na pesquisa e na extensão universitária e, nelas, a relação docentes-discentes na graduação e na pós-graduação pouco saíram do lugar, mantendo seu *ethos*¹, embora se diversifiquem em razão da variação social, histórica e epistemológica das áreas do conhecimento, as quais também entram em disputa no plano ideológico. Nesse sentido, a esfera discursiva sobre e com a qual lançamos nosso olhar, ainda hoje, é permeada por relações de força desiguais manifestadas na linguagem, nos modos de uso da língua, nos letramentos acadêmicos, expressão aqui pluralizada a fim de sublinhar que o *habitus* acadêmico é situado.

Para inserir-se e vivenciar práticas letradas na esfera científico-acadêmica de modo autônomo e autoral, o estudante dos cursos de graduação, cuja experiência com textos orais e escritos dessa esfera é praticamente inexistente, senão incipiente, sobremaneira em decorrência da distinção entre as funções da educação básica e as do ensino superior na formação do sujeito, enfrenta desafios que suplantam a necessidade do domínio de regras gramaticais e normas técnicas. E é esse ponto que Álvaro Vieira Pinto, ao discutir o que estamos chamando de *ethos* universitário, explicita, ao refletir sobre as relações de poder que amparam e conservam seus letramentos acadêmicos e que caracterizam uma comunidade discursiva *sui generis*, considerando a produção enunciativa em corrente. É fato que nem todos os estudantes de graduação seguirão a carreira acadêmica, mas é salutar o reconhecimento de que, nesse espaço, o futuro profissional não se forma de uma vez por todas para o trabalho, mas se forma para uma contínua formação no trabalho, a qual não prescinde, no mínimo, da leitura crítica e reflexiva acerca das novidades científicas de sua área.

Sabemos que a universidade de hoje não é exatamente a de outrora. Apesar disso, não pretendemos mapear práticas sociais que se mantiveram ou que se transformaram na esfera discursiva acadêmica. Intencionamos, neste texto ensaístico, problematizar as relações de poder existentes na universidade brasileira, enquanto instituição de ensino superior, e sua influência nos letramentos dessa esfera, refletindo sobre os entraves para a formação e a inclusão do estudante de graduação na comunidade discursiva acadêmica. As lentes que nos ajudam a auferir esses objetivos é a perspectiva discursiva da

¹ Utilizamos o conceito de *ethos*, assim como o de *habitus*, com base nos estudos de Bourdieu (2003), que dialoga com os estudos linguísticos, como bem apontou Grillo (2012). Para Bourdieu, o *ethos* é um elemento do *habitus*, sendo este entendido como conjunto de princípios interiorizados que guiam nossa conduta, como uma razão prática ou disposição incorporada. No caso, o *ethos* orienta a vivência dos sujeitos nas instituições sociais, como ocorre nas universidades.

linguagem, amparada em alguns conceitos bakhtinianos, os quais incorporam a produção enunciativa como processo histórico, social/coletivo e ideológico, intimamente atrelado ao movimento de reprodução e transformação do trabalho humano.

Para tanto, apresentamos, neste texto, mais três seções: na primeira, abordamos o conceito de letramentos e de letramentos acadêmicos; na segunda, trazemos à baila algumas contribuições de Álvaro Vieira Pinto para a compreensão das relações de poder instauradas na esfera discursiva acadêmica; e, na última, discorreremos sobre nossas últimas considerações. Acreditamos, assim, que será possível revisitar e corroborar a afirmação de Pinto (1986) trazida na epígrafe – a universidade como instrumento ideológico das forças dominantes –, a qual, não obstante o passar dos anos, mantém-se viva ainda hoje, sobretudo por meio das práticas discursivas da esfera acadêmica que buscam a manutenção de um certo *ethos* universitário.

DOS LETRAMENTOS AOS LETRAMENTOS ACADÊMICOS

A palavra letramento, recente na língua portuguesa no que tange à acepção que tem hoje, apareceu um século atrás, indicada como antiquada no dicionário Caldas Aulete. Neste, o vocábulo significava o “mesmo que escrita, substantivo do verbo *letrar*, que significava o que hoje chamamos de *soletrar*” (SOARES, 2016, p. 33). Posteriormente, mais especificamente em 1986, a palavra ressuscitou no livro de Mary Kato, *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, com o sentido explicado por Soares (2016), que transborda o sentido de alfabetização e contempla não somente a capacidade de ler e de escrever, mas também o uso social que se faz da leitura e da escrita. Logo, para participar autônoma e ativamente de uma determinada esfera discursiva, a acadêmica por exemplo, não basta o sujeito aprender a ler e a escrever de modo genérico, numa perspectiva linguística *stricto sensu*, mas sim de modo situado, já que as práticas sociais são localizadas, históricas e sociais, marcadas pelo *habitus* da comunidade discursiva que as (re)cria, porque conserva, produz e combina discursos no espaço-tempo, no contexto mediato e imediato. Daí a importância de sobrepujar a antinomia letrado e iletrado e de assumir a palavra letramentos, no plural, como produto acomodado em práticas diferentes e também desiguais de uso da língua na universidade ou em qualquer outro campo da atividade humana, afinal, como lembra Marcuschi (2010), são os usos que produzem a língua, não o contrário.

Dentre os diversos letramentos existentes, os letramentos acadêmicos (cunhado aqui no plural para evidenciar um sem-número de práticas letradas também dentro de uma mesma esfera) passam a ser conceito central para os Estudos do Letramento (STREET, 1984; KLEIMAN, 2007; SOARES, 2016; TFOUNI, 1995). A fim de esclarecer o surgimento desse campo de pesquisa, citamos:

A proposta dos New Literacy Studies (doravante NLS) emerge como um contraponto aos antigos estudos sobre literacy, ressignificando essa palavra com a finalidade de impactar tanto as abordagens teórico-metodológicas sobre o uso da escrita, quanto as políticas de alfabetização. Para Brian Street (2011), um dos principais proponentes do campo, a insatisfação advinha da percepção de que a perspectiva epistemológica sobre a escrita estava assentada em princípios (ainda evolucionistas) de uma grande divisão entre letrados e iletrados. É em substituição a tal perspectiva evolucionista que se inaugura essa nova abordagem, de vertente sociocultural (HEATH 1982; STREET 1984, 1993, 2001; KLEIMAN 1995), designada, no Brasil, como Estudos do Letramento, na qual as práticas de uso da escrita são consideradas práticas sociais plurais e heterogêneas, vinculadas às estruturas de poder das sociedades. (VIANNA et al, 2016, p. 28-29).

Como podemos observar, os Estudos do Letramento são oriundos de descontentamentos com concepções anteriores sobre letramento(s), as quais, muitas vezes, privilegiavam os gêneros discursivos, como tipos mais ou menos estáveis de enunciados, produzidos, nesse caso, pelas classes dominantes, além de elencá-los como superiores nas sociedades que possuíam a escrita, em detrimento da importância dos gêneros de sociedades ágrafas (FIAD, 2015). Nesse sentido, o conceito de gêneros discursivos primários e secundários, de Bakhtin (2011), nos ajuda a compreender como a produção discursiva científico-acadêmica obedece a hierarquias que moldam uma sociedade de classes. O enunciado, trazendo em si enunciados outros, sempre situado, é produto da expressão do sujeito histórico que, quando estudante de graduação, passa a vivenciar mais rotineiramente gêneros discursivos mais complexos, secundários, que exigem a participação mais ativa, consciente dos usos desiguais da língua naquela esfera do discurso: em uma universidade específica, em um campus específico, em um curso específico. Na perspectiva dos Estudos do Letramento, os letramentos são vistos como práticas sociais localizadas no tempo-espaço, e é por essa razão que corroboramos a existência múltiplos letramentos – letramento escolar, letramento religioso, letramento familiar, letramento digital etc. (FIAD, 2011) – e seus gêneros discursivos – da conversa informal (gênero primário) ao artigo científico (gênero secundário).

No que tange à formação de estudantes em cursos de graduação, os letramentos acadêmicos não estão isolados das práticas sociais profissionais, as quais serão exigidas quando da imersão desses sujeitos no mundo do trabalho. Tomamos como exemplo os cursos de formação inicial de professores, as licenciaturas, nas quais as práticas de ler, escrever, falar, escutar, pensar e agir de uma determinada área, no ensino, na pesquisa e na extensão, comporão, em maior ou menor grau, as práticas letradas dessa mesma área nas instituições de educação básica, espaço de trabalho de professores e professoras que vivenciaram a esfera discursiva acadêmica e que, muitas vezes afastando-se dela ao concluir o curso, ainda que em contínua formação, passaram a atuar nos letramentos escolares de crianças, adolescentes e adultos. Se é certo que professores e professoras de profissão, para lembrar Tardif (2002), constroem suas carreiras ancorados em saberes docentes plurais, heterogêneos e temporais, amalgamando saberes disciplinares, curriculares e experienciais, também é certo que a formação inicial, a universitária, é parte fundamental dessa formação, na (re)construção de saberes para a práxis educativa, que não é meramente pedagógica, mas sim política, visto que revela ser o sujeito um ser social criativo e consciente da natureza e da função de seu trabalho.

Aqui está o liame entre a formação do estudante de licenciatura na esfera discursiva acadêmica e a formação do profissional/ trabalhador docente na esfera discursiva escolar, compondo o que chamamos de letramentos docentes, porque colocados na interseção entre essas esferas formativas (a acadêmica e a escolar) para uma certa práxis educativa, que não suprime a dimensão teórico-científica em processo de constante atualização. Mas por que, afinal, a vivência da esfera discursiva acadêmica, em geral, parece provocar certa repulsa em estudantes de graduação, que precisam conhecer e dominar o uso de gêneros discursivos secundários em sua formação?

Face a essa questão, retomamos a conceituação de letramentos acadêmicos, como fluência em formas de ler, escrever, pensar, falar e agir características do ambiente universitário (KERSCH, 2014; FISCHER, 2008), considerando as linguagens sociais que ali são produzidas e a profusão de fios ideológicos que costuram os gêneros discursivos, dialética e dialogicamente. Trata-se de um

[...] processo de desenvolvimento contínuo de conhecimentos sobre como interagir com as diferentes formas de textos nesse meio. Ser academicamente letrado significa que um aprendiz tem um repertório de estratégias efetivas para compreender e usar as diferentes linguagens, especializadas e contextualizadas, no domínio acadêmico. (KLEMP, 2004 apud FISCHER, 2008, p. 181).

De acordo com Fiad (2015), os estudos que se debruçam sobre os letramentos acadêmicos, muitos deles lançando mão da abordagem etnográfica, foram motivados por dois fatores: pela concepção de letramentos múltiplos impulsionada pelos Estudos do Letramento e pela expansão do ensino superior tanto no que tange à quantidade de estudantes quanto no que se refere à sua multiplicidade cultural, linguística e social, o que, para nós, não significa que as dificuldades de inclusão desses estudantes nas práticas sociais acadêmicas tenham começado a existir a partir de então.

UNIVERSIDADE, PODER E LETRAMENTOS ACADÊMICOS

Em primeiro lugar, nesta seção, convém salientar o próprio conceito de universidade utilizado por Pinto (1986), que engloba um conjunto de estabelecimentos de ensino muito diferentes entre si, desde os mais antigos até os mais recentes (para a época), mas suas práticas letradas são bastante semelhantes. Ainda que não tenha o intuito de estabelecer um estudo histórico sobre a universidade brasileira, o autor destaca ser ela recente no país, se comparada com as universidades de países estrangeiros, cuja fundação se deu há séculos. Acrescenta que, durante todo o período colonial, não interessava, ao colonizador português, a instalação de instituições universitárias no Brasil, porque, em primeiro lugar, os portugueses não haviam se deparado com populações “letradas”, contra as quais seria necessário, na perspectiva da dominação dos povos, opor a sua cultura, para que se extinguisse/ apagasse a história dos conquistados; e, em segundo lugar, porque os conquistadores acreditavam ser vantajosa a ida de jovens oriundos de famílias ricas às universidades da metrópole, a fim de que realçassem o espírito de lusitanidade. Outra questão que merece destaque é a nomenclatura “ensino superior”, que remete, segundo Pinto, a um preconceito típico da ideologia das classes dominantes, pois o fato de se considerar o grau universitário como superior “já denuncia a origem ideológica deste conceito, pois só constitui ‘ensino superior’ porque é aquele que, conforme o nome indica, prepara para o ingresso na classe superior” (PINTO, 1986, p. 83).

Dentre os registros que temos feito em nossos cadernos de campo desde 2016, ao desenvolver pesquisa participante em diversos encontros de formação promovidos pelo programa de extensão Laboratório de Letramentos (cujo nome original será explicitado após a avaliação deste artigo) em uma universidade federal localizada no Estado do Rio

de Janeiro, recebendo docentes em formação inicial e continuada, chama atenção a replicação de enunciados cujos índices sociais de valor apontam para a manutenção de um certo *ethos* universitário, posto como entrave à inclusão dos estudantes nas práticas sociais dessa esfera discursiva. Essa questão da superioridade do ensino na graduação foi abordada em uma de nossas oficinas, em 2019, quando tratávamos dos resumos/ abstracts como gêneros discursivos fundamentais para a divulgação científica, figurando entre aqueles cuja produção escrita é mais solicitada pelos/as professores/as universitários/as. Uma das cursistas, formada na Licenciatura em Pedagogia nessa mesma instituição e professora em uma escola pública da região, desabafou ter ouvido de um professor universitário, à época da graduação, que “o graduando não seria ninguém até o doutorado”. Obviamente, embora não seja estimulante ouvir tal afirmação, esse enunciado é um elo na cadeia de comunicação discursiva que faz a manutenção das relações hierárquicas, ideológicas e de poder, determinando, *a priori*, o papel social que cada sujeito deve ocupar na esfera acadêmica. É por isso que os conceitos bakhtinianos de dialogismo, como produção coletiva, assim como o de polifonia, é importante para entender que, embora não se repitam, os enunciados refletem e refratam a realidade material, mantendo e mudando as apreciações valorativas do sujeito a respeito de si, dos outros e do mundo.

Nessa contextura, os sentidos da expressão ensino superior passam por uma construção histórica coletiva e intencional, estando sempre em disputa no terreno ideológico. É como se o sujeito só fosse especial se alcançasse o mais elevado título acadêmico, o que nós sabemos ser muito mais difícil para aqueles oriundos das classes sociais menos/ não favorecidas, como era na época em que Pinto (1986) escreveu o livro em estudo e como ainda é, não obstante muito se tenha feito nos últimos anos no Brasil para a democratização do acesso às instituições públicas de ensino superior e para a permanência dos estudantes mais pobres nos cursos. Dessa maneira, acreditamos que os preconceitos, como índices sociais de valor, velados no termo ensino superior, ainda hoje persistem e acabam por se agravar mediante exigência, cada vez mais premente, de continuidade da formação, como qualificação, em cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, fator que significa tanto a ampliação das possibilidades de empregabilidade quanto o pagamento de progressões ou bônus salariais, aspectos não necessariamente articulados à ideia de formação profissional para o trabalho, como práxis.

A essência da universidade, então, era e ainda parece ser a de instrumento da classe dominante, a ela servindo de várias formas, por exemplo, no compartilhamento de

resultados de pesquisa aplicada para as grandes indústrias e na formação dos quadros de intelectuais que servirão muito mais à reprodução desta sociedade que para a produção de uma sociedade alternativa a esta, mais humana, inclusiva e democrática. Diante disso, Pinto (1986) nos alerta acerca do que ele denomina de fenômeno da *expulsão*, na medida em que a universidade determinaria, dentre os sujeitos em idade de estudos “superiores”, quais podem ou não nela ingressar e permanecer. A esse respeito, diz o autor que

[...] é perfeitamente legítimo dizer que, na época atual, o aluno que devia estar na universidade e não está, é porque dela foi *expulso*, não só contra a sua vontade mas sobretudo fora do seu conhecimento. Não sabe por que motivo não deseja entrar na universidade, e nem poderia entrar, se quisesse. É o que podemos chamar o “aluno que não estuda”, pois nem sabe que deveria ser aluno. (PINTO, 1986, p. 23, grifo do autor).

Nesse trecho, o autor nos instiga a refletir sobre duas questões. A primeira remete ao fato de que o autor rechaça a ideia de meritocracia, ainda que não tenha usado esse termo, uma vez que acredita que a realidade concreta, material, seja determinante para o acesso à esfera discursiva acadêmica, não sendo a aprovação no vestibular para ingresso nas universidades públicas somente um mérito pessoal. No caso das particulares, a situação é semelhante, pois, para as classes mais pobres nelas ingressarem, é necessário o pagamento de mensalidades advindo, muitas vezes, do próprio trabalho do estudante.

A segunda questão se refere ao desconhecimento dos estudantes a respeito das práticas sociais da esfera universitária. Dentre os registros feitos em nossos cadernos de campo, constam os decorrentes de pesquisa participante em uma escola do município de Duque de Caxias, especificamente localizada no bairro Santa Lúcia, em Imbariê, que concentra uma população muito humilde, sobretudo por abrigar, em grande parte, alunos oriundos da comunidade Vila Getúlio Cabral. Os estudantes não demonstram conhecer o que seja a universidade ou o que sejam os colégios técnicos federais, por exemplo. Certo dia, em uma aula na qual a professora regente explicava o funcionamento dessas escolas, uma aluna do 9º ano do ensino fundamental perguntou, espantada, se poderia estudar lá: “Então, eu posso estudar lá? É possível?”. Esse fato em muito se assemelha ao fenômeno de expulsão citado por Pinto (1986), pois, no Brasil, ainda hoje, boa parte da classe trabalhadora, os chamados oprimidos por Freire (2017)², desconhece os caminhos possíveis de serem trilhados para a chegada à universidade, assim como desconhece as

2 A classe trabalhadora é a oprimida e a elite é a opressora. No contexto que aqui se apresenta, defende-se que a universidade pode agir como opressora em relação aos estudantes.

práticas sociais dessa esfera discursiva, fundamentais para a sua permanência ativa na instituição.

Inobstante ocorra o fenômeno da expulsão, acreditamos que também exista, na esfera universitária, o da *exclusão*. Depois da peneira realizada para o acesso à universidade, há ainda muitos desafios, sobretudo no que tange à leitura e à escrita acadêmica, como mencionado na seção anterior, porque o texto (oral ou escrito), como enunciado concreto, é central em toda e qualquer prática social acadêmica: os estudantes leem e escrevem para as disciplinas, para os eventos, para a finalização do curso, para as seleções de bolsistas, etc. As relações hierárquicas, ideológicas e de poder que permeiam o ambiente universitário fazem com que o estudante recém-chegado à universidade e/ ou durante toda a graduação seja, de certa forma, um sujeito periférico na comunidade discursiva acadêmica, já que, por não dominar as práticas de letramento acadêmico e por não receber orientações para a leitura e a escrita de textos da esfera universitária, é e se sente excluído desse contexto. Em decorrência disso, muitas vezes, os graduandos utilizam táticas³ para sobreviver à academia, encontrando, assim, para agir, caminhos alternativos, mas nem sempre válidos, como, por exemplo, o uso de plágios na produção textual escrita (ALVES; MOURA, 2016).

Sabemos que a língua portuguesa pode atuar, de vários modos, como uma forma de dominação, a exemplo da sua imposição a um povo, como os conquistadores portugueses fizeram com os indígenas, ou mesmo de sua valorização quando mais culta, de prestígio social, em detrimento da diversidade inerente às sociedades, aos contextos e aos sujeitos falantes da língua. Sendo a universidade um espaço em que circulam gêneros discursivos secundários, de caráter mais próximo ao que se convencionou chamar de norma culta, nossas reflexões vão, mais uma vez, ao encontro das considerações feitas por Pinto (1986), afinal, está posto o desafio de se reconhecer a língua do povo, a língua legítima da classe trabalhadora brasileira, trazendo-a para a esfera acadêmica, sem rotulá-la como inferior, mas também o desafio de lhe apresentar a língua da universidade, como possibilidade de formação profissional e humana, como um modo diverso (e não superior) de enunciar.

Dizemos isso porque, no caso dos letramentos acadêmicos, as relações de poder geram a exclusão (para não dizer expulsão) de estudantes que não dominam a linguagem

3 Certeau (1994) diferencia tática e estratégia. Esta é a ação daquele que detém o poder, daquele que tem controle sobre seu espaço. Já a tática é a ação daquele que não controla o espaço, mas que encontra caminhos para agir.

acadêmica, muito menos o *ethos* universitário, haja vista que, na maioria das vezes, o próprio estudante passa a ser o sujeito responsável por seu “êxito” ou seu “fracasso” nas práticas sociais dessa esfera. O lugar-comum é o de que é ele quem deve procurar os meios de aprendizagem da leitura e da escrita de textos acadêmicos, como se docentes da educação básica fossem exclusivamente os incumbidos pelos letramentos em todos os níveis de ensino, enquanto os docentes da graduação tivessem de ensinar as especificidades da área, o conteúdo, sendo o texto (oral ou escrito) um mero instrumento de comunicação. Defendemos, portanto, que a inserção/ inclusão de estudantes na universidade não termina com a sua aprovação no processo seletivo cuja avaliação não se coteja com o que são as práticas de leitura e escrita no ensino superior. Em outras palavras, a entrada em cursos de graduação não tem garantido aos estudantes o ensino-aprendizagem de textos típicos dessa esfera, textos sem os quais não se vive a academia, não se participa dela. Tal apontamento fica mais tênue quando os estudantes são provenientes da classe trabalhadora, considerando a sua escassa disponibilidade para conhecer projetos e grupos de estudo e pesquisa, espaços que costumam garantir uma inclusão mais qualitativa dos estudantes nas práticas sociais letradas acadêmicas.

Pinto (1986) traça uma série de relações⁴ – algumas visíveis, outras disfarçadas – entre a classe dominante e a universidade, a começar pelo fato de essa instituição ser um instrumento eficiente para garantir sua dominação ideológica, uma vez que a ela compete a produção dos meios intelectuais dessa dominação. Tal classe demanda que a universidade lhe traga as ideias que justifiquem o seu poderio ou, dito de outro modo, produz a universidade a fim de que esta produza os intelectuais que a defendam, seus intelectuais orgânicos, para lembrar Gramsci (1991). Ainda que existam modalidades de ensino distintas, cursos de graduação de mais ou de menos prestígio, mais teóricos ou mais tecnológicos, faculdades particulares de qualidade duvidosa, universidades públicas no interior e nas capitais, tudo parte da mesma estrutura cultural, representando, nos diversos campos do saber, os interesses da classe dominante e lhes conferindo certa unidade (PINTO, 1986, p. 26).

Outra relação apontada pelo autor diz respeito ao fato de a universidade organizar “o cartório para o reconhecimento das funções proveitosas aos interesses da classe dominante” (PINTO, 1986, p. 28). À universidade cabe, então, o Registro de Títulos e

4 O autor aponta sete relações entre a universidade e a classe dominante. Entretanto, ateremo-nos aqui a apenas quatro delas.

Documentos Doutorais, os quais são imprescindíveis à inserção em determinada camada da sociedade. Ela atua como órgão seletivo, declarando quem pode ser doutor e quem não pode, o que contribui na manutenção da hierarquia da classe dirigente. Isto é poder. Os títulos atribuídos pela universidade são cercados de prestígio, muitas vezes em detrimento de trabalhos sociais frutíferos que se dão por outros meios, totalmente alheios à universidade, valorizando saberes menos autorizados.

É significativo, consoante Pinto (1986) que, de maneira geral, muitos chamem de “doutor” toda pessoa que está em uma função de destaque, sentido produzido histórica e coletivamente por sujeitos que não têm ou não tiveram acesso ao ensino superior. Desse modo, compreendemos melhor como a palavra tem força material, como signo ideológico⁵.

Este hábito revela um momento intermediário, porém altamente auspicioso, do desenvolvimento da consciência popular, a qual por enquanto não encontra outro título senão o expedido pelo cartório universitário, para designar quem lhe parece estar em posição relativamente elevada. (PINTO, 1986, p. 28).

Se, por um lado, o povo utiliza um termo “concedido” pela universidade para referir-se a indivíduos que ocupam papéis de prestígio social, ainda que muitos não tenham conhecimento do que seja um título de doutorado, apenas assumindo que doutor é alguém “importante” e estudado, por outro lado, é a universidade quem reconhece e legitima carreiras. Para Rodrigues (2014), numa abordagem bakhtiniana, o modo de produção material e não material da vida promove relações diferentes, desiguais e até conflitantes entre os sujeitos. Os signos ideológicos, as palavras (e seus índices sociais de valor), podem ser explicados, como o faz Pinto (1986), na apreensão dessas contradições, das quais a universidade não está livre, pois não é uma sociedade à parte. As formas de relação entre os sujeitos e o modo de produção fazem emergir essas relações de força, mas é na (re)produção ideológica da palavra e da contrapilastra pelo discurso da classe dominante que tem determinado o horizonte social.

Dentre as funções da universidade, está, portanto, a formação dos representantes políticos da classe dominante, seus intelectuais orgânicos. Pinto (1986) salienta que,

⁵ Brait (2012) consolida que o conceito de signo ideológico é o cerne que caracteriza todo o pensamento bakhtiniano. A esse respeito, afirma Bakhtin/Volóchinov (2010, p. 91, grifos do autor): “Tudo o que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, é um *signo*. Onde não há *signo* também não há *ideologia*”.

outrora, os detentores da fortuna, principalmente os fazendeiros, eram homens ignorantes, brancos, sendo satirizados pelos bacharéis. No entanto, isso se modificou, pois os donos de empresas e, até mesmo, alguns possuidores de terra também passaram a bacharelar-se, tornando-se “cultos” e assumindo eles mesmos cargos políticos que sustentariam e ampliariam seus privilégios. De uma forma ou de outra, a classe dominante necessita dos ditos “letrados”, cuja formação ainda ocorre na universidade.

A classe dirigente conserva, assim, indefinidamente o seu prestígio e dominância, porque arregimenta os egressos das faculdades, pertencentes a ela ou não, e os envia aos parlamentos e altos cargos administrativos, deste modo assegurando a sua perpetuação como força dominante. (PINTO, 1986, p. 31).

Dessa maneira, a universidade assegura a autorreprodução da classe dominante, por meio de dois processos: preparando os futuros membros dessa classe, bem como apoiando e defendendo, seja no campo ideológico seja na ação política do corpo docente, as medidas legislativas que garantam a supremacia econômica.

Mais uma relação entre a classe dominante e a universidade que vale mencionar é que esta presta bons serviços àquela, estabelecendo, por suas honrarias, o orgulho do grupo mais influente. Os títulos fornecidos pela universidade engrandecem seus membros, gerando um orgulho social, fazendo com que o povo venere os diplomas emitidos pelo ensino superior. O adjetivo superior também ajudaria a explicar a honra associada ao título de doutor, visto como um ser superior, como se quem o tivesse fosse transportado para um plano elevado e se destacasse das massas incultas e mal-educadas; por isso, a universidade valoriza-o tanto, uma vez que, quanto mais se delimita a categoria dos ditos “letrados”, mais ela se dignifica e mais se distingue das demais, do povo em geral.

O autor afirma que a universidade não sabe inculcar nos alunos a compreensão ideológica do seu verdadeiro significado social, sua representação como classe trabalhadora, e não como classe dominante destacada desse, pela cultura que adquiriu. A universidade faz justamente o oposto: infunde na massa estudantil a ideia de que a aquisição de cultura a destaca do povo.

Por isso, a instituição expulsa o povo do direito à cultura. Como não está vinculada às massas, mas às classes dominantes, não lhe ocorre compreender que é precisamente pela cultura que se deveria ligar ao

povo, fazendo-o ingressar, em totalidade, no âmbito dos seus anfiteatros e laboratórios. (PINTO, 1986, p. 33).

Em outras palavras, em vez de a universidade utilizar a cultura como instrumento de emancipação do povo, ela a usa como instrumento de dominação, mantendo um *habitus* universitário que distingue, exclui, seleciona, não criando mecanismos internos de inclusão qualitativa da classe trabalhadora que acessou o ensino superior. As escassas práticas de ensino da leitura e da escrita de textos acadêmicos na esfera acadêmica são uma comprovação disso.

Por isso, nesse ponto, podemos trazer novamente à baila a questão dos letramentos acadêmicos. Acreditamos, conforme já dito neste texto, que a universidade deveria assumir sua função de introduzir os estudantes de graduação nas práticas de leitura e escrita acadêmica, contudo acaba, muitas vezes, afastando-os. Os professores universitários, de maneira geral, consideram que os estudantes deveriam transitar por quaisquer gêneros discursivos, porquanto já vivenciaram a educação básica, estudaram a disciplina Língua Portuguesa e, afinal, foram alfabetizados. Essa é a perspectiva do que Street (1984) chama de letramento autônomo: ao aprender as técnicas da leitura e da escrita, independente do gênero, o sujeito estaria pronto para ler e escrever todo e qualquer texto, assim como portar-se nos espaços adequadamente. Já na perspectiva do letramento ideológico, é crucial considerar que a leitura e a escrita na esfera escolar em muito se diferenciam da esfera acadêmica ou de qualquer outra, como já abordado na seção anterior. Assim, ao demonstrarem estranhar os letramentos acadêmicos, os estudantes têm sido avaliados negativamente pelos professores universitários (os quais mantêm o *habitus* universitário) e, sem orientação mais acurada, sem o ensino propriamente dito acerca do texto acadêmico oral e escrito, não encontram lugar nessa esfera, entendendo-a como *locus* de produção do conhecimento válido, mas não o seu. Vale ressaltar que isso pode ser encarado como uma forma de perpetuação da dominação e das relações hierárquicas, ideológicas e de poder presentes no ensino superior, na medida em que “quanto mais eu sei e o outro não sabe, maior domínio tenho sobre ele e mais poderoso eu sou”, assim como ocorre com a questão cultural, citada por Pinto (1986, p. 35).

Em função desses e de outros apontamentos na obra *A questão da universidade*, o autor defende uma reforma universitária, de natureza política, encabeçada pelos estudantes e relacionada à reforma geral da sociedade brasileira. Seu objetivo principal é

transformar a essência da universidade, chegando a seu *ethos*, libertando-a do domínio da classe dominante e colocando-a a serviço, de fato, do povo.

Acreditamos, bebendo dessa fonte, também ser imprescindível uma mudança na postura geral da universidade, começando pelo reconhecimento de que todos estamos em processo formativo contínuo, estudantes e professores universitários, enfim, toda a comunidade discursiva acadêmica. No entanto, as relações hierárquicas, ideológicas e de poder que escoram essa esfera discursiva, as quais expõem mais vaidades que modéstias, mantêm o ensino superior como uma dimensão acima das demais e, por isso mesmo, é comum ter mais prestígio e reconhecimento o docente que atua na pós-graduação. Nesse sentido, ensinar a ler e a escrever textos acadêmicos a estudantes de graduação, por exemplo, configura-se como um trabalho de menor valor ou que não compete ao professor universitário. E este é um equívoco.

Acreditamos, portanto, que, como o texto assume papel central nas práticas sociais acadêmicas, por meio dos diversos gêneros discursivos, tanto a leitura e a produção textual oral quanto a leitura e a produção textual escrita também devem ser de responsabilidade coletiva, isto é, de todos os sujeitos que vivenciam a comunidade discursiva da universidade.

NOTAS FINAIS

Longe de empreender uma análise geral da universidade nos dias de hoje, este texto ensaístico pretendeu problematizar as relações de poder existentes na universidade brasileira, enquanto instituição de ensino superior, e sua influência nos letramentos dessa esfera, refletindo sobre os entraves para a formação e a inclusão do estudante de graduação na comunidade discursiva acadêmica. Para tanto, buscamos agregar algumas contribuições de um notável teórico da educação que também fora professor universitário, argumentando sobre como a manutenção de um certo *ethos* universitário ainda apresenta limites à formação e à inclusão dos estudantes de graduação nas práticas sociais letradas da esfera acadêmica. Procedemos dessa forma por acreditar que o resgate do passado orienta o entendimento do presente, o caso do debate de Pinto (1986) a respeito da universidade.

Defendemos, portanto, que a mudança de postura na universidade deveria ocorrer no plano político e ideológico, revendo e reiterando as funções da instituição para, assim,

gerar uma mudança real, mediante criação de expedientes pedagógicos que levem a bom termo o trabalho com os gêneros discursivos acadêmicos para e pela práxis. Também é imprescindível o desenvolvimento de pesquisas sobre letramentos acadêmicos, trazendo à superfície tema sobre o qual, até então, pouco se produziu. A nossa hipótese para explicar esse silenciamento, que merece investigação, é a crença em que a educação básica seria a responsável pelo ensino-aprendizagem do texto escrito, oferecendo o conhecimento técnico necessário para a leitura e a escrita, e em que o ensino superior seria o responsável pelo ensino-aprendizagem do conteúdo específico da área de formação, sendo o texto quase um elemento secundário, um instrumento de comunicação e de avaliação.

Não podemos, porém, generalizar a afirmação da inexistência de esforços políticos e pedagógicos para contemplar os textos acadêmicos como objetos de ensino-aprendizagem das práticas sociais dessa esfera, assim como objetos de pesquisa em áreas como Educação e Letras. Podemos citar algumas iniciativas, como o Grupo de Estudos e Pesquisa em Leitura e Escrita Acadêmica (GEPLA) e o projeto de extensão Laboratório de Letramentos Acadêmicos (LabLa), os quais, sediados na Universidade Federal Fluminense (UFF), contam com docentes e estudantes de escolas e universidades do Rio de Janeiro tanto para a produção de pesquisas sobre o tema quanto para a realização de um conjunto de atividades formativas de ensino e extensão, como oficinas e rodas de conversa sobre leitura e escrita acadêmica. Além disso, o GEPLA, em 2019, criou uma disciplina experimental, intitulada Leitura e Produção de Textos Acadêmicos, que imbrica letramento acadêmico, formação de professores e pesquisadores e gêneros acadêmicos. Outra medida que vale mencionar é o Programa de Tutoria da Pedagogia dessa mesma instituição, desenvolvido pelas autoras com o objetivo de mediar algumas práticas sociais letradas de estudantes da licenciatura em Pedagogia, entendendo essa ação como propiciadora da permanência dos estudantes no curso.

Por fim, baseando-nos na concepção de letramento ideológico, afirmamos que a leitura e a escrita realizadas na esfera acadêmica em muito divergem das vivenciadas na esfera escolar, justamente por se tratar de diferentes campos da atividade humana. Tal reflexão é respaldada pela teoria bakhtiniana (BAKHTIN, 2011), porque a competência gramatical não é suficiente para que o sujeito circule por todas as esferas de conhecimento, uma vez que a sabedoria em relação às unidades da língua não garante o domínio das unidades do discurso subjacentes aos gêneros de determinada esfera. Desse modo, não dominar minimamente os modos de dizer do ensino superior, e não obter

orientação suficiente para isso, acarreta, no graduando, uma sensação de exclusão do *locus* acadêmico, engendrando, como marcado na epígrafe, uma dominação ideológica por aqueles que já detêm a palavra de autoridade, perpetuando a hierarquia e as relações de poder.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. F.; MOURA, L. de O. B. M. A escrita de artigo acadêmico na universidade: autoria x plágio. *Ilha do Desterro*, v.69, nº3, p.077-093, Florianópolis, set/dez 2016.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. [VOLÓCHINOV, V.] *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BERTOLUCI, K. N. Letramento acadêmico: leitura (s) em um curso de Pedagogia. *Revista Ao Pé da Letra*, v. 11, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2009.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRAIT, B. Perspectiva dialógica. In: *Texto ou discurso*. BRAIT, B.; SOUZA E SILVA, M. C. São Paulo: Contexto, 2012.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FIAD, R. S. A escrita na universidade. *Revista da Abralin*, v. Eletrônico, n. Especial, p. 357-369. 2ª parte 2011.
- _____. Algumas considerações sobre os letramentos acadêmicos no contexto brasileiro. *Pensares em Revista*, São Gonçalo-RJ, n. 6, p. 23-34, jan./jun. 2015.
- FISCHER, A. Sentidos situados em eventos de letramento na esfera acadêmica. *Educação*, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 215-228, maio/ago. 2010.
- _____. Letramento acadêmico: uma perspectiva portuguesa. *Revista Acta Scientiarum. Language and culture*. Maringá, v. 30, n. 2, p. 177-187, 2008.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 63 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRILLO, S. V. de C. Esfera e campo. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin e outros conceitos-chave*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 133-160.
- KERSCH, D. F. O letramento acadêmico na formação continuada: constituição de autoria e construção de identidades. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 10 - n. 1 - p. 53-63 - jan./jun. 2014.*
- KLEIMAN, A. B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 32 n. 53, p. 1-25, dez, 2007.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PINTO, Á. V. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- RODRIGUES, J. do N. *A produção de textos escritos na formação de sujeitos críticos letrados: o trabalho dos professores de língua portuguesa em foco*. 2014. 450f. Tese

(Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3.ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2016.

STREET, B. V. *Literacy in theory and practice*. London: Cambridge University Press, 1984.

TARDIF, M. *Saberes docentes: formação profissional*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

VIANNA, C A. D.; SITO, L.; VALSECHI, M. C.; PEREIRA, S. L. M. Do letramento aos letramentos: desafios na aproximação entre letramento acadêmico e letramento do professor. In: KLEIMAN, Â. B.; ASSIS, J. A. (Orgs.). *Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016. p. 27-59.

Data de recebimento: 06/04/2020

Data de aprovação: 19/05/2020